

Política

INFORMAÇÕES SIGILOSAS

“Parecia que meu cérebro ia sair”

Choque, afogamento, ameaças sob a mira de revólveres e na presença de cães. Essas foram algumas das torturas que ex-prisioneiros políticos capixabas afirmam ter sofrido na época da ditadura.

“Eles enfiavam toalha molhada na minha cara, não tinha como eu respirar. Batiam no meu calcanhar com uma palmatória grande de madeira, quando eu estava pendurado em um pau com as mãos e os pés amarrados. Parecia que meu cérebro ia sair”, lembrou um dos fundadores do PT no Estado, o subsecretário estadual de Direitos Humanos, Perly Cipriano, que foi preso na época do regime militar.

Ele revelou ainda que quando descobriam que alguma presa estava grávida, davam choque na região genital das mulheres. “Muitas perderam seus filhos dessa forma dentro das delegacias”, disse.

Outra forma de deixar os presos vulneráveis era tirar suas roupas, segundo depoimentos daqueles que já estiveram nos órgãos de repressão do Estado. Muitos relatam que ti-

nham de fazer as necessidades fisiológicas na frente dos guardas.

Informações sobre investigações e prisões na época da ditadura constam em dossiês pessoais de ex-prisioneiros políticos capixabas que ainda são guardados com restrições de acesso no Arquivo Público do Estado.

Somente com a autorização da pessoa citada no documento, o cidadão pode ter acesso aos dados. Também é preciso assinar um termo de compromisso quanto à preservação dos documentos.

Ao longo dos anos, muitas informações nem chegaram a ser registradas e estão apenas na memória daqueles que lutaram contra a repressão, conforme informou a historiadora responsável pelos documentos secretos da ditadura situados no Arquivo Público do Estado, Juliana Simonato.

“Recebemos os documentos do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Mas nunca saberemos se vieram todos ou se algum deles foi destruído no caminho”, disse.

O QUE REVELAM OS ARQUIVOS



Casa Estudantil

Outro documento mostra o chefe de serviço de investigação e informações determinando que agentes policiais acompanhassem e registrassem um ato cultural pela retomada da Casa do Estudante de Vila Velha, na Praça Costa Pereira, em Vitória.

Nos relatórios feitos pelos policiais constam que as músicas dos estudantes faziam severas críticas ao governo.

Infiltrações

Um dos documentos mostra a preocupação de um partido quanto ao reequipamento das Forças Armadas. Diante disso, ficou estabelecida “a necessidade de infiltrações no órgão que representa como acréscimo de poder e consequente dificuldade à luta revolucionária comunista, uma vez que os marxistas consideravam-no instrumentos de opressão ao imperialismo”.

Abaixo-assinado

O lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado foi registrado pelo Dops. Na época, foi realizada uma reunião para a formação da comissão provisória da sigla.

No mesmo dia, também foi feito um abaixo-assinado para a libertação de presos políticos.

Outra informação contida no relatório mostra que foi passada uma bolsa por todo o auditório, que contava com mais de 300 pessoas, a fim de recolher donativos para ajudar na campanha de criação do PT.

Protesto

A militância no movimento estudantil também era monitorada pelos agentes policiais dos órgãos de repressão, segundo relatam os documentos.

Um deles informa a participação de um ex-governador em manifestação de apoio à greve dos professores e estudantes.

Outros mostram ele em protesto pela implantação de uma usina nuclear em Aracruz, na Praça Oito, Vitória, em 1980.



PERLY CIPRIANO, um dos fundadores do PT no Estado, com documento sigiloso que tem informações sobre ele

A DITADURA NO ESTADO

As formas de tortura

Coroa de Cristo

> **GALHOS** com espinhos eram usados em um tipo de coroa, que era colocada na cabeça dos prisioneiros.

Afogamento com toalha

> **SEGURAVAM** uma toalha molhada sobre o rosto do prisioneiro, impe-

dindo o acusado de respirar por algum tempo.

Ciranda

> **AMARRAVAM** as mãos do preso para trás, colocavam de 10 a 12 homens em volta dele, em forma de roda, e eles o agrediam com socos e chutes.

Pau de arara

> **PENDURAVAM** os presos em um pedaço de madeira com as mãos e as pernas amarradas, e depois batiam neles com uma palmatória.

Fonte: Ex-prisioneiros políticos do Espírito Santo.

Senado votará sigilo de até 50 anos



SENADO: prazo de sigilo será revisto

O prazo em que documentos podem ficar em sigilo deve ser reduzido. Isso se o Senado aprovar o projeto de lei que já recebeu o aval da Câmara dos Deputados. O texto estabelece 25 anos para os ultrassecretos, 15 para os secretos e cinco para os reservados, sendo que todos poderão ser renovados uma vez pelo mesmo período.

Pela norma atual, os documentos sigilosos podem ser renovados indefinidamente, segundo decreto de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 2002.

A bancada federal capixaba é fa-

vorável à redução. “Pode até haver prazos de sigilo, mas de forma que todos alcancem certa publicidade com o tempo”, disse o deputado federal Lelo Coimbra (PMDB). A colega de bancada e partido, Rose de Freitas, completou: “Nenhum País que restaurou a redemocratização pode aceitar sigilo eterno”.

Os deputados César Colnago (PSDB) e Carlos Mannato (PDT) também concordam. “Sou contra a eternidade”, disse Colnago.

“Todos devem ser abertos, passado o tempo em que possa haver risco de segurança”, acrescentou o pedetista.

FALA, LEITOR!



EDICELMA FORECHI, 47, auxiliar administrativo

“Sou a favor da abertura dos documentos secretos, porque temos o direito de acesso às informações enquanto cidadãos”



ROGÉRIO ALMEIDA, 32, personal trainer

“O povo tem o direito de conhecer o seu passado e a sua história. Por isso, acredito que todas as informações devem vir à tona. É mais certo”



RÔMULO SCHUWARTZ, 28, comerciante

“Não devem se tornar públicos, porque são documentos que podem colocar em risco nossa segurança. É melhor prevenir”



JOSÉ CARLOS BARCELOS, 46, vigilante

“Sou contra a abertura dos documentos em sigilo porque não vai fazer diferença para a nossa vida. Só vai trazer mais problemas do que já temos”

ANÁLISE

Sérgio Ricardo de Souza, presidente da Associação de Magistrados do Estado (Amages)



“O prazo do sigilo não pode ser eterno”

“É preciso ponderar o direito de acesso à informação e os interesses maiores do Estado.

Quando comprovado que é de direito da sociedade, quebra-se o sigilo. Como onde se encontram os desaparecidos da ditadura. É direito dos familiares.

Mas se tratar de assuntos que podem prejudicar a imagem da Nação ou colocar a segurança em risco, eles devem ser preservados. Não eternamente, mas por um período de precaução.”